

Tributação para programadores



Sumário

Direitos Tributário	. <u>03</u>
Hierarquia das leis	
Definições, classificação e Obrigação Tributária	. <u>05</u>
Definição	
Classificação	
Obrigação Tributária	
Competência Tributária	. <u>07</u>
Primeira Esfera—Federal	
Or more to Federal Federal	
Segunda Esfera—Estadual	
Terceira Esfera—Municipal	
	<u>.08</u>
Terceira Esfera—Municipal	. <u>08</u>
Terceira Esfera—Municipal Fundamentação dos Códigos Fiscais	. <u>08</u>
Terceira Esfera—Municipal Fundamentação dos Códigos Fiscais Códigos e suas Características	Γ
Terceira Esfera—Municipal Fundamentação dos Códigos Fiscais Códigos e suas Características Por onde Começar	Γ



TSACADEMY

Direitos Tributários

Hierarquia das Leis

Constituição Federal

A constituição federal é um conjunto de leis de máxima importância que rege e administram o funcionamento de um país. Sendo ela obrigatória entre todos os cidadãos do país em questão, onde são postadas seus direitos e deveres. No caso da Constituição Federal Brasileira a que está em vigor na legislação foi criada em 1988.

Emenda Constitucional

A emenda constitucional é uma modificação que foi imposta através do texto da constituição federal após sua promulgação. Assim se pode dizer que é um processo que visa garantir que a constituição de um determinado país seja modificada por partes, para se manter atualizadas ante mão as mudanças sociais constantes.

O conceito de emenda à constituição foi criado nos Estados Unidos da América, sendo criado em 1787.

Tratados e Convenções Internacionais

São acordos ocorrido através de sujeitos de direito internacional, sendo eles estados e organizações que tem a visão de interesse comuns produzindo interferência jurídica entre as partes contratantes.

Existente entre o direito internacionais à duas modalidades, sendo diplomáticas bilaterais e multilaterais

Não há existência de um ponto de maior importância que os demais, o estudo de tratado devem ser feitos com cuidado especial, pois cada um possui um problema e soluções



TSACADEMY

Lei Ordinária

A chamada lei ordinária é aquela em que não há procedimentos especiais para sua aprovação.

A lei ordinária é uma regra legal que requer um processamento simples para sua promulgação final. Acima das leis ordinárias estão leis gerais, ou seja, as leis orgânicas.

Leis Complementares

Lei complementar é uma normativa que pode estar sujeita a um processo especial, com matéria própria. Serve para afirmar e regular o assunto que o legislador constituinte vê como fundamental. A lei complementar não pode vir a ser alterada pela lei ordinária devida a característica de aprovação, isso ocorre de maneira vice-versa. A lei complementar e ordinária, se diferencia em dois pontos, o material e o formal.

Medidas Provisórias

São medidas adotadas pelo presidente da Republica, em caso de urgência e relevância. Portanto o mesmo possui efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para o adendo definitivo em lei.

Leis Delegadas

São leis que tratam de um ato normativo, que tende a ter necessidade da autorização do congresso nacional para sua elaboração.

Na prática leis delegadas não são utilizadas, pois o executivo na medida provisória uma medida mais confortável para aumentar a autonomia institucional.



Definições, Classificações e Obrigações Tributárias

Definições

Impostos

Imposto é uma quantia relativa paga ao Governo, também para o estado e municípios, por pessoas físicas ou jurídicas, a fim de custear parte das despesas geradas pelo governo, também é voltada para obra de infraestruturas e serviços para população.

Taxas

A taxa é um tributo pago para pagamento de pessoas que prestam serviços oferecido pelo governo ou por alguma organização políticas, esses serviços podem ser exemplificado por:

- ⇒ Bombeiro;
- ⇒ Policia;
- ⇒ Coleta de Lixo;
- ⇒ Outros

◆ Contribuição e Melhorias

A contribuição de melhoria é um tributo que pode ser exigido pelo Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) quando houver a realização de uma obra pública e uma valorização imobiliária decorrente desta obra.

Empréstimo Compulsórios

Empréstimos Compulsórios só podem ser criados diante de situações específicas (guerra externa ou sua iminência e calamidade pública, ou investimento público de caráter relevante), e a aplicação dos recursos provenientes de sua cobrança só podem ser gasta com elas.

Classificação

Imposto direto

Esse imposto é uma quantia relativa paga diretamente ao governo. É pagas por pessoas (jurídicas ou físicas), na maioria das vezes esse imposto é dado em cima do rendimento pessoal, sendo bens, como casa (IPTU), Carro (IPVA), entre outros. Portanto ele é cobrado diretamente do consumidor, e pago diretamente ao governo, sendo cobrado independente da classe social ou condição.

Imposto Indireto

Esse imposto cai sobre as transações de serviços e mercadorias, sendo como a base tributaria os valores de compra e venda, esse imposto é cobrado assim indiretamente, não vindo totalmente especificado e pago diretamente ao governo, pois isso recebe o nome de impostos indiretos



Definições, Classificações e Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias

A obrigação tributária se confunde com o próprio objeto dessa relação jurídico tributária. Tem dois tipos de obrigação: a obrigação tributária chamada principal e a obrigação tributária chamada assessória.

Obrigação Tributária Principal

É a obrigação de pagar. Portanto é a obrigação que envolve dinheiro (patrimonial). Contudo esse pagar está envolvido em pagar o tributo devido que incide em cima de algo.

Obrigação Tributária Acessória

Ela se associa na ação ou omissão que facilita prática do fisco.

Exemplo:

- ⇒ Obrigação na emissão de nota fiscal;
- ⇒ Obrigação de não rasurarão dos livros fiscais da empresa (Omissão).

Elementos

• Lei

Ato criador ou que institui o tributo, assim o que determina também aumento de alíquotas, deduções, não incidência e etc.

Fato Gerador

É uma expressão jurídico-contábil, que representa um fato ou conjunto de fatos a que o legislador vincula o nascimento da obrigação jurídica de pagar um tributo determinado.

Sujeito Ativo

É o lado onde o credor está da obrigação fiscal.

◆ Sujeito Passivo

É o lado devedor da relação obrigacional tributário.

Base de Cálculo

Base de Cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia a se pagar. Ou seja, Percentual com que um tributo incide sobre o valor de algo tributado.



Competência Tributária em três esferas

- Primeira Esfera Federal
- ⇒ IPI—Imposto de Produtos Industrializados;
- ⇒ PIS/PASEP—Programa de Integração Social e de Formação de Patrimônio do Servidor;
- ⇒ COFINS—Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
- ⇒ Cide Combustível Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de Combustível e seus derivados.
- ⇒ IR—Imposto de Renda;
- ⇒ II—Imposto sobre Importação;
- ⇒ ITR—Imposto sobre Território Rural;
- ⇒ ISNN—Instituto Nacional do Seguro Social;
- ⇒ CSLL—Contribuição sobre Lucro Líquido.
- Segunda Esfera Estadual
- ⇒ ICMS—Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;
- ⇒ IPVA—Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

- ⇒ ITCMD—Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação;
- ⇒ FCP—Fundo de Combate à Pobreza.
- Terceira Esfera—Municipal
- ⇒ ISSQN—Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- ⇒ IPTU—Imposto Predial Territorial Urbano.



Fundamentação dos Códigos Fiscais

- ⇒ CFOP—Código Fiscal de Operações;
- ⇒ CRT—Código do Regime Tributário;
- ⇒ CST—Código de Situação Tributária;
- ⇒ CSOSN—Código de Situação de Operação Simples Nacional;
- ⇒ IR—Imposto de Renda;
- ⇒ NCM—Nomenclatura Comum do Mercosul;
- ⇒ CEST—Código Especificador da Substituição Tributária.

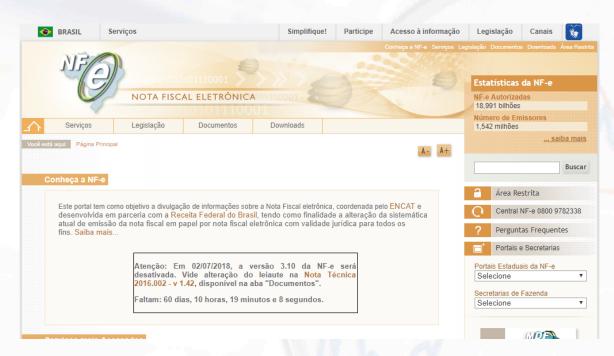
Por onde Começar e Tecnologias envolvidas

- Por onde começar
- ⇒ Documentação;
- ⇒ Credenciamento;
- ⇒ Certificado Digital.
- Tecnologias envolvidas
- \Rightarrow XML;
- ⇒ Assinatura Digital;
- ⇒ Webservices.



Documentação

Site da Nota Fiscal Eletrônica demonstrada abaixo aqui.



Página Principal





Credenciamento **Certificado Digital**

Credenciamento ≠ Homologação de Software

Credenciamento = Liberação e certificação digital

Homologação de Software = Submeter a rotina do software para saber se ele está apto gerar um documento

Certificado Digital

É um arquivo eletrônico que funciona de maneira semelhante a assinaturas, mas nesse aspecto tação e redução de tempo de atividades que de forma digital, a qual tem validade jurídica, e que podem ser resolvidos de forma online, que inigarante proteção às transações eletrônicos e outros cialmente são feitas presencialmente. De matipos de serviços via internet, onde pessoas físicas e neira prática e segura. Essas atividades estão jurídicas possuem identificação e assinatura única como: reconhecimento de firmas, entrega de digitalmente, em qualquer lugar do mundo e com documentos via online com verificação de gamaior segurança e agilidades nas necessidades do rantia da autenticidade e proteção das informausuário.

A utilização de certificado digital traz de mais mo: moderno no que se diz em segurança para proteção • de informações trocadas em ambientes virtuais. A tecnologia utilizada foi especialmente desenvolvida • para essa finalidade, assim alcançando grandes níveis de segurança, autenticidade, confidencialidade e integridades das informações.

Para que serve um Certificado Digital

O certificado digital existe para a facilições.

As principais atividades podem ser listadas co-

- Assinatura e envio de documentos online;
- Transação bancarias;
- Assinatura de notas fiscais;
- Garantia da validade jurídica de documentos;
- Login em sites com segurança;
- Redução de tempo na validação de documentos como reconhecimento de firma.